ACTA N.º 6/2010**Data da reunião ordinária: 15-03-2010****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 11:30 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 12-03-2010****Operações Orçamentais: 607.520,77****Operações não Orçamentais: 83.624,83**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

Acerca de uma reunião que houve na semana passada, em que o Governo propôs novos incentivos ao QREN, que consistem em que os Municípios que tenham obras para realizar até ao fim do ano recebem 80% do valor dessas obras, ao contrário dos que já as efectuaram, que vão só receber 60%. Mas pensa que é uma medida inexecutável.

Marcou uma reunião com os Chefes de Divisão, Directores de Departamentos e os Vereadores que têm tarefas atribuídas, sobre este assunto, porque há 4 meses que fez uma candidatura e ainda está espera que seja aprovada.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

a) Pergunta se o dinheiro dessas Candidaturas já veio? Pois a Câmara teve que fazer empréstimos para fazer as obras.

b) Abordou acerca do alcatroamento da Rua 1.º de Dezembro, entre o Largo 1.º de Dezembro e a Rua 1.º de Maio, sugeria que pelo menos os estacionamento fossem alcatroados.

3 – VEREADOR SR. HENRIQUE CUNHA

Referiu que no acesso sob a linha férrea no sentido Sul Norte, junto ao Quodore deparou-se com uma rampa, para as bicicletas, bastante íngreme contígua às escadas, que é uma situação de risco.

Sugeri que fosse feita uma visita ao local para tentar minimizar aquela situação que é um pouco perigosa.

4 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Apresentou a seguinte intervenção:

«Neste período antes da ordem do dia, quero chamar à atenção para a degradação a que se encontram votadas as habitações da Refer situadas na Rua Latino Coelho, na chamada “Ala Norte”. Refiro-me ao conjunto de habitações unifamiliares em banda, em que se encontra alojada a Associação de Amigos do Museu Ferroviário, a Associação Desportiva Cidade Ferroviária e (pelo menos) um sindicato ferroviário.

Várias dessas casas estão muito degradadas, e pelo menos uma delas com a porta sempre aberta. Segundo informações que colhi no local, a frequência nocturna

dessas casas abandonadas não será a mais recomendável, criando preocupações com a segurança das pessoas e do próprio conjunto edificado.

Creio que a Refer deveria ser notificada da situação e --- embora os nossos apelos sejam por eles pouco escutados --- deveria ser pedida uma conservação mínima do edificado.»

Sobre as questões colocadas, o Exmo. Presidente esclareceu o seguinte:

- Acerca das Candidaturas das obras a Câmara Municipal ainda não recebeu nenhum dinheiro.

- Em relação ao alcatroamento da Rua 1.º de Dezembro não há candidaturas para alcatroar as estradas, só a Rua 1.º de Maio foi contemplada com a Candidatura Mais Centro.

- Sobre a rampa para as bicicletas na passagem sob a via férrea, vai equacionar uma solução para que não seja tão perigosa.

- Relativamente às habitações da Refer situadas na Rua Latino Coelho, já falou com a pessoa responsável pela Refer e pediu para tamponar aquelas casas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 01 de Março de 2010, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual depois de lida e corrigida, foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PLANO DE PORMENOR DO FORMIGÃO

- Ofício n.º 16/10, de 25 de Fevereiro, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que na sua Sessão Ordinária, realizada em 24 de Fevereiro findo, aprovou, por maioria, o “Plano de Pormenor do Formigão”.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MOÇÃO-SOLIDARIEDADE COM O POVO DA MADEIRA

- Ofício n.º 19/10, de 05 de Março, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que na sua Sessão Ordinária, realizada em 24 de Fevereiro findo, aprovou, por unanimidade, a seguinte Moção:

«O Povo da Madeira acaba de sofrer uma enorme catástrofe, em resultado de violentas enxurradas, O temporal, com nuvens de catorze quilómetros de altura, tudo levou à frente. A Natureza, desenfreada, soltou água, lama e pedras que, descendo dos montes, lançaram o caos, o sofrimento e a morte na ilha, com elevadíssimos danos materiais.

Não será fácil a reconstrução e muito menos o regresso à normalidade, Que este infeliz acontecimento possa ser a origem de uma nova relação entre o homem e a natureza.

Sabemos que o martirizado Povo Madeirense encontrará forças para superar esta adversidade e que contará com a solidariedade de todos os Portugueses.

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em Sessão Ordinária no dia 24 de Fevereiro de 2010, delibera:

1. manifestar a sua solidariedade para com o povo da Madeira, nomeadamente no que respeita ao esforço de recuperação desenvolvido pelo Governo Regional e demais entidades Regionais. Com a colaboração de todos, a Madeira trilhará caminhos de desenvolvimento e prosperidade;
2. manifestar, ainda, o mais profundo pesar pelo ocorrido aos habitantes da ilha, nomeadamente às famílias que perderam os seus entes queridos;
3. recomendar à Câmara Municipal que, dentro das possibilidades do concelho, encontre formas concretas de ajuda ao povo da Madeira e dar o seu total apoio a qualquer iniciativa da Câmara Municipal que vá nesse sentido, exortando todos os municípios a associarem-se também a este esforço solidário.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

UNIÃO FUTEBOL ENTRONCAMENTO - PEDIDO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE

- E-mail, datado de 3 de Março, do União Futebol Entroncamento a solicitar um subsídio para deslocação da equipa de Patinagem Artística ao Torneio do Seixal, conforme o orçamento no valor de 378,00 €.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder 50% do valor do transporte, ou seja de 189,00 €.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CADE – CLUBE AMADOR DE DESPORTOS DO ENTRONCAMENTO – TORNEIO “PÁSCOA 2010” EM FUTEBOL DE 7 – PEDIDO DE SUBSÍDIO

- Ofício n.º 157.2009/2010, de 24 de Fevereiro findo, do CADE – Clube Amador de Desportos do Entroncamento, a comunicar que vai realizar nos dias 2 e 3 de Abril o Torneio “Páscoa 2010” em futebol de 7.

- Mais informa que este torneio vai movimentar 28 equipas de diversos distritos (Santarém, Lisboa, Leiria e Portalegre), 800 atletas, 132 responsáveis entre treinadores e delegados das 9.00 às 19.00 horas.

- Assim, para a realização deste evento, solicita a concessão de um subsídio para despesas de organização, conforme orçamento anexo.

- A Câmara, tudo visto e analisado, por unanimidade, conceder um subsídio de 1 Euro, por interveniente neste torneio.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÕES DESPORT. CULTURAIS F/CONCELHO

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO

- Na sequência da deliberação de 15 de Fevereiro findo, foi presente um e-mail em resposta ao ofício STR n.º 11, do Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém, a informar que foi prestado apoio psicológico, jurídico, emocional a cerca de 25 pessoas do concelho do Entroncamento por parte daquele gabinete, na sua maioria vítimas de sexo feminino, vítimas de violência doméstica, e 3 crianças vítimas de abusos sexual.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 250 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

ASSOCIAÇÃO DE MODELISMO “OS PIKUIHAS” - PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO

- Carta da Associação de Modelismo “Os Pikuinhas”, a comunicar que nos dias 25, 26 e 27 de Junho de 2010, vai realizar a sua XIII exposição / X concurso anual, “Réplica 2010”.
- Mais informa que este evento é realizado desde o ano de 1998, com o objectivo de promover o modelismo estático em Portugal e existiu nos 3 primeiros anos, a partir do ano de 2001, foi introduzida a vertente do concurso, com a participação das várias associações e clubes nacionais e internacionais.
- Assim, face às despesas inerentes aos eventos, que pretendem realizar solicita a esta autarquia, um apoio que consiste no pagamento dos troféus no valor de 750,00€.
- Gostaria também este ano, dentro da disponibilidade que lhe fosse cedido um stand nas Festas da Cidade para divulgação da Associação, das suas actividades e da Exposição/Concurso Réplica 2010.
- Ainda informa que vão oferecer aos participantes da Réplica 2010 uma visita ao Museu Nacional Ferroviário, no dia 26 (sábado) pelas 16 h.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 750,00 Euros, para pagamento dos troféus.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROTOCOLO

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E SÃO JOÃO BAPTISTA

- Presente, de novo, os protocolos de Delegação de Competência entre o Município do Entroncamento e as Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista, após feitas algumas alterações.
- Após as intervenções dos Vereadores Srs. Carlos Matias e Henrique Cunha, o Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção escrita:

«As alterações introduzidas nas Propostas de Protocolos de Delegação de Competências a celebrar entre as duas Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal acabam por, de alguma forma, vir dar razão a algumas das minhas críticas pela ligeireza com que inicialmente este assunto aqui foi tratado.

Depois de algumas alterações introduzidas na própria reunião deste executivo, em 15 de Fevereiro último --- retirando da matéria protocolada a gestão de equipamentos municipais e a referência a outras escolas que não as do 1.º ciclo e creches --- são agora introduzidas novas alterações --- para além da nova formação dos protocolos propostos.

Agora, para os domínios especificados, já só se trata de transferir competências para intervenções pontuais e não para todas as intervenções.

E agora já se faz menção à correcta especificação das verbas a transferir nas Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Estes são passos positivos, que respondem a algumas das nossas preocupações, tanto mais que (como antes afirmámos) “estamos, em princípio, a favor da delegação de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia”. Mas as mudanças são ainda insuficientes para que as propostas mereçam o nosso voto favorável.

Parece-nos que continuam a não ser definidas com precisão as competências delegadas, em cada caso.

Como há um mês, continuamos a perguntar se “faz sentido, por exemplo, delegar na Junta de Freguesia de N.ª S.ª de Fátima a “conservação, reparação e limpeza de cemitérios, propriedade do município”, ainda que pontuais? Ou passar para a Junta de Freguesia de S. João Baptista a conservação, reparação e limpeza de “centros de apoio à terceira idade”.

Nem um nem outros existem nessas freguesias!

Continuamos a interrogar-nos sobre existência nas Freguesias de recursos humanos que garantam a exequibilidade dos protocolos, ainda que para intervenções pontuais.

Como vão as Freguesias cumprir todas competências que se propõem receber?

Continuo a pensar tratar-se esta delegação de competências nas Juntas de Freguesia de uma boa ideia, mas que continua a exigir concretização ainda melhor. Por isso mantenho o meu sentido de voto na abstenção.»

- A Câmara, depois dos esclarecimentos prestados pelo Exmo. Presidente, deliberou, por maioria, aprovar e rubricar estes protocolos e remetê-los para aprovação da Assembleia Municipal, solicitando para o efeito, a realização de uma reunião extraordinária.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente.

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

BARES MUNICIPAIS

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA PRAÇA SALGUEIRO MAIA

- Da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação relativa à Concessão de Exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia:

«Relativamente ao processo em epígrafe, informo V. Ex.ª do seguinte:

1. Atendendo à natureza do objecto em análise - Exploração do Bar/Esplanada da Praça Salgueiro Maia, estamos perante um contrato de Concessão de Serviços Públicos, contrato pelo qual o co-contratante se obriga a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade, uma actividade de serviço público, durante um determinado período.

2. Desta forma, e nos termos da al. q) do n.º 2 do art. 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara autorizar a concessão, por concurso público, da exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia.

Mais informo que, após a aprovação em reunião de câmara, este processo deverá ser remetido à assembleia municipal, de acordo com o artigo citado anteriormente.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a concessão, por concurso público, da exploração do Bar da Praça Salgueiro Maia, de acordo com esta informação e remeter à Assembleia Municipal, solicitando para o efeito, a realização de uma reunião extraordinária.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LICENÇAS E TAXAS

DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – LICENÇAS E TAXAS

- Do Coordenador Técnico dos Serviços de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foram presentes os mapas das licenças emitidas por aquela Secção, no período de 22/02/2010 a 05/03/2010, atenta a deliberação de 28/10/2009 e para cumprimento do n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou estes mapas.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESPECTÁCULOS E DIVERSÕES

ESPECTÁCULOS E LEILÕES EM LUGARES PÚBLICOS – PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Coordenador Técnico dos Serviços de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foi presente a seguinte informação relativa à prestação de caução para realização de espectáculo de circo neste concelho:

«A realização de espectáculos de circo no concelho, tal como é do conhecimento de V. Ex.^a, frequentemente, traduz-se em encargos para esta autarquia, dado que não são observados muitas das vezes os devidos cuidados, quer a nível de limpeza do espaço onde se instalam, ou da divulgação do próprio e ainda da danificação dos pavimentos, consequência da circulação de veículos pesados que normalmente acompanham estes espectáculos. A fim de salvaguardar estas situações e atendendo ao carácter itinerante da própria actividade, tem esta Câmara Municipal, em situações pontuais vindo a exigir a prestação de uma caução no montante de 500€, ao promotor da actividade de circo e que será accionada nos casos anteriormente referidos, ou na sua ausência e após informação da Fiscalização Municipal, é devolvida ao promotor do circo. Propõe-se assim, que a Câmara Municipal delibere solicitar a caução anteriormente referida, para a realização de espectáculos de circo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, fixar a caução de 500€, de acordo com a informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REGULAMENTOS E NORMAS MUNICIPAIS

LEI N.º 53-E/2006 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS

- Do Coordenador Técnico dos Serviços de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foi presente a seguinte informação relativa à proposta de alteração da tabela de taxas no âmbito da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro:

«Terminou no dia 8 de Março de 2010, o prazo de discussão pública do Projecto de Alteração à Tabela de Taxas anexas ao RMUE – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas, integrando em anexo a Fundamentação Económica – Financeira relativa ao valor das taxas. Durante este período não se verificaram reclamações. Na Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas, verificaram-se as seguintes incorrecções devidas a erro de escrita e que já se encontram corrigidas: Capítulo III Cemitérios – Art.º 2.º Ocupação de Ossários Municipais n.º 2 Com carácter perpétuo, constava a taxa de 65,55€ e foi corrigida para 177,00€; - Art.º 6.º Averbamento de Alvarás de concessão de terrenos em nome do novo proprietário (d) 2.1 Para jazigos constava a taxa 10,93€ e foi corrigido para 557,00€; 2.2 Para sepulturas perpétuas e gavetões para urna, constava a taxa de 10,93€, foi corrigida para o valor de 284,18€; - Art.º 8.º Obras no Cemitério (d) n.º 3 Colocação de lápides/epitáfios, o valor era de 4,40€ e foi corrigido para 4,10€. Capítulo V

Actividades diversas (d) Guarda Nocturno 1. Taxa pela licença por triénio ou fracção constava 17,83 e foi corrigida para 55,00€.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a informação, deliberou por maioria, aprovar e rubricar a alteração da tabela de taxas e licenças não urbanísticas.

- Mais deliberou enviar à Assembleia Municipal, solicitando para o efeito, a realização de uma reunião extraordinária.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Paula Costa, João Canaverde, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente.

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias, que fez a seguinte declaração de voto:

«Como afirmámos na nossa reunião de Dezembro passado, “ embora tratando-se de um trabalho necessário e que evidencia os custos reais subjacentes às operações taxadas”, há “incoerências diversas na aplicação do denominado coeficiente de benefício e uma nula aplicação do coeficiente de incentivo/desincentivo.”

Além disto, mantêm-se taxas de difícil ou nula aplicabilidade.

Por tudo isto, mantemos a nossa abstenção.»

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROJECTO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DE FOGOS DE RENDA SOCIAL

- Da Técnica Superior – Rita Rafael, da Divisão de Assuntos Sociais e Educação, foi presente o “Projecto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social”.

- Após as intervenções dos Vereadores Srs. Carlos Matias e Alexandre Zagalo, o Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção escrita:

«No que se refere ao **artigo 4.º**, a questão da composição do agregado parece-me restritiva demais. Embora mais à frente (no Art. 20.º) se abram outras possibilidades de composição do agregado, aqui neste ponto 4.º não me parece que inclua a possibilidade de, por exemplo o agregado ser composto por dois irmãos, ou outra tipologia. Parece-me que neste ponto deveriam ser salvaguardadas excepções, até por uma questão de coerência com o Art. 20.º.

Quanto ao **artigo 5.º, no ponto 2**, (critérios de desempate na atribuição dos fogos) deveria também ser ponderada a existência de menores no agregado familiar.

Nos artigos 11.º e 12.º, cremos que deveria estar previsto o contacto directo com os candidatos admitidos. Caso contrário, como previsto na proposta, os candidatos terão que estar muito atentos aos locais de divulgação. Ora, o prazo para a aceitação da casa atribuída é de 5 dias, mesmo muito apertado. Parece-me, pois, que pelo menos os admitidos deveriam receber um contacto pessoal. (informação escrita ou outra forma)

Na página 7, o **art. 14.º**, diz (e muito bem) não ser permitida qualquer actividade comercial ou industrial nas habitações. Creio, no entanto, que deveriam ser admitidas excepções desde que devidamente analisadas e aprovadas. Já é admitida a excepção do artesanato, mas outras actividades podem ser

desenvolvidas no domicílio sem prejuízo de ninguém. Actividades complementares a uma actividade profissional, como angariador de seguros, ou contabilista prejudicam alguém? Não nos parece.

No **art. 16.º a alínea d)** remete para os pontos 2 e 3 que não existem nesse artigo.

No art. 21.º, deverão ser previstos outros mecanismos mais facilitados para os pagamentos das rendas, como (por exemplo) a transferência bancária. Cremos estar ultrapassada a fórmula adoptada, em que quem trabalha terá que tirar um dia ou umas horas por mês, para ir aos Serviços Sociais pagar a renda.

No art. 23.º, ponto 3, deveriam ser admitidas situações de excepção devidamente justificadas, como a de destacamento em serviço para fora do país ou a de internamento hospitalar de longa duração.

Aliás, logo a seguir, de forma incoerente, o **art. 24.º, ponto 6**, diz que só se considera causa de despejo a abandono do fogo por um prazo “superior a um ano”...

O **ponto 3** desse mesmo **Artigo 24.º** levanta-me as maiores dúvidas. Então se, por acaso, um membro de um agregado familiar tiver práticas ilícitas toda a família é punida com o despejo? Duvido que tal seja legalmente sustentável, mas tenho a certeza de que tal não é justo e é mais próprio de um regime que não respeita os direitos individuais, punir uma família inteira pelo eventual delito de um dos membros.

E, já agora, quem afere da imoralidade referida na mesma alínea? Constituímos aqui uma comissão de controlo dos costumes? A fórmula parece-me herdada de outros tempos e está ultrapassada.

A **alínea i)** do **Art. 27.º** parece-nos algo abusiva. Será que uma família não pode receber em casa e acolher temporariamente um hóspede ou familiar? O controlo da coabitação permite-nos controlar quem fica em casa de quem? Duvido.

Ainda nesse mesmo **Art. 27.º, alínea n)** a visita/inspecção deverá ser marcada com a devida antecedência, ou acordada entre ambas as partes. Afinal, as famílias até poderão estar temporariamente ausentes...

A formulação da **alínea d) do art. 28.º** parece-nos ser despropositada. Bastará dizer que têm obrigatoriamente que cumprir a lei do ruído. Como toda a gente, aliás.

Também nos parece errado o conteúdo da **alínea f)** do mesmo **artigo 28.º**. Por que razão os moradores de habitação social têm restrições ao estacionamento automóvel diferentes de todos os outros munícipes? Não faz sentido.

Na **alínea g)** mais uma vez me parece que não temos o direito de dizer que podem ter cães e gatos e aves mas se quiser ter um coelho ou outro bicho de estimação já não pode ser....Sejamos razoáveis: a ideia de que não incomodar os vizinhos é justificável, mas já dizer que bichos podem ter os moradores parece-nos demais. Nem ao menos podem ter uma pacífica iguana?

E, já agora, porque razão os moradores não podem lavar veículos automóveis (**alínea i**)? E se forem lavadores profissionais de automóveis e trabalharem a muitos quilómetros do Entroncamento?

Esta alínea não faz sentido, pois para proibir a lavagem de automóveis na via pública basta a lei, comum a toda a gente.

Aliás, também me pergunto se alguém (mesmo que não more em habitação social) pode guardar em casa produtos explosivos ou inflamáveis. Creio que não e, nesse caso, **alínea m**) também está a mais, é redundante.

Por conseguinte o teor do **Artigo 28.º** deverá ser todo revisto.

Por fim na pág. 17, **Artigo 29.º, alínea e)** o município não deve ser apenas responsável por pequenas obras. O município deverá assumir a responsabilidade pela reparação e manutenção dos edifícios desde que esta necessidade não surja da utilização descuidada”.

Por tudo isto, proponho que esta proposta de Regulamento seja retirado da Ordem de Trabalhos e revisto tendo em conta estas opiniões e/ou outras que entretanto possam ser aduzidas, para a sua melhoria.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, fazer baixar este assunto aos Serviços, para analisar em próxima reunião.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL

- Da Técnica Superior – Laura Maia, dos Serviços Sociais, foi presente a seguinte informação referente à lista de classificação para atribuição de habitação social:

«Tendo este Município terminado o processo de realojamento dos residentes do bairro pré-fabricado e dos dois acampamentos de etnia cigana existentes no Concelho, para outras Habitações Sociais surgiu a necessidade de se proceder à elaboração de uma lista actualizada de pedidos de Habitação Social existentes nestes serviços, para atribuição, por ordem de classificação.

Nessa sequência, junto envio em anexo (1) a respectiva lista, a qual foi realizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 797/76 de 6 de Novembro e com o Decreto Regulamentar n.º 50/77 de 11 de Agosto.

A análise e avaliação dos 175 pedidos de Habitação Social, foi efectuada por uma equipa de técnicos adstritos aos Serviços de Habitação Social do Município, sob a orientação da Vereadora a Tempo Inteiro, Dr.ª Paula Costa.

Após a análise de todos os parâmetros que definem a situação de cada família, nomeadamente: o tipo de alojamento, o rendimento per capita, os títulos de ocupação, a saúde, a renda de casa, a idade dos requerentes e a idade dos dependentes, foi possível proceder à classificação de 58 pedidos, ficando os restantes excluídos, conforme nota justificativa dos motivos de exclusão em anexo (2).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, fazer baixar este assunto aos Serviços, para analisar em próxima reunião.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – CCASE

ACTA DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - CCASE

- Do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar foi presente a acta que a seguir se transcreve, referente à reunião efectuada em 10 de Março de 2010, daquele Conselho Consultivo:

«O Conselho Consultivo de Acção Social Escolar reuniu hoje para analisar mais 10 requerimentos de auxílio económico de crianças carenciadas que frequentam estabelecimentos de ensino do concelho.

Assim, foi decidido atribuir os seguintes subsídios:

Jardim de Infância Norte - 5 escalão A

Escola Básica 2 - 3 escalão A

Escola Básica 3 – 2 escalão A.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, aprovar esta acta, por unanimidade.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACCÕES CULTURAIS

ACTIVIDADES CULTURAIS - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PROGRAMAÇÃO 2.º TRIMESTRE 2010

- De acordo com as informações prestadas pela Assistente Técnica - Mónica Alves, da Divisão de Cultura, sobre as várias iniciativas culturais para o 2.º trimestre 2010, em que o pagamento é feito através da apresentação de contratos de prestação de serviços (recibos verdes), a Câmara, atento o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, e ao abrigo do n.º 4 do art.º 35.º da Lei n.º 12-A/2008, deliberou, por unanimidade, efectuar um contrato de prestação de serviços, com as pessoas envolvidas nas diversas actividades culturais, conforme a programação anexa, no valor total de 13.263,80€, que rubricou.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DA 2.ª EDIÇÃO DA LANPARTY

- Do Técnico de Informática – José Antunes, foi presente a seguinte informação relativa a uma proposta para realização da 2.ª Edição da Lanparty:

«As lanparty são o novo entendimento das festas do futuro, um evento, que funde as diversas áreas temáticas do entretenimento, introduzindo e proporcionando um ambiente de Inovação, Criação e Experimentação tecnológica.

No seguimento do sucesso da 1.ª edição realizada o ano passado apresento, em anexo, proposta para realização da “2.ª lanparty Entroncamento” nos dias 30 de Abril, 1 e 2 de Maio no Pavilhão Desportivo Municipal com disponibilidade para 200 pessoas, sendo que algumas das áreas do pavilhão estarão abertas ao público onde serão disponibilizadas consolas para jogar gratuitamente, filmes, gadgets e outras actividades de interesse para a juventude.

Mapa de Despesas	
Empresa Gestora	7.500€
Aluguer de Mesas	1.620€
Total	9.120€

Os preços apresentados já incluem iva.

A elaboração e gestão do site dedicado ao evento, bem como todo o equipamento necessário para a realização do evento é da responsabilidade da empresa gestora. Esta actividade está cabimentada em orçamento.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta para a realização da 2.^a edição da lanparty, de acordo com a informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PEDREIRO)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de assistente operacional (pedreiro), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado rege-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído por:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 4 LUGARES DE ASSISTENTES OPERACIONAIS (CANTONEIROS DE LIMPEZA)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de quatro lugares de assistentes operacionais (cantoneiros de limpeza), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado rege-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (MECÂNICO)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de assistente operacional (mecânico), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado rege-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (PINTOR)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de assistente operacional (pintor), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado rege-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (CONDUTOR DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS ESPECIAIS)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de assistente operacional (condutor de máquinas pesadas e veículos especiais), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado reger-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL (TRACTORISTA)

- A Câmara, atenta uma informação do Encarregado Geral Operacional – Fernando Lima, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de assistente operacional (tractorista), na área das Oficinas Municipais.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do procedimento para celebração de um contrato de trabalho em funções pública por tempo indeterminado reger-se-á pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/2, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Eng.º Nuno Eduardo Ferreira Valente, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais efectivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral Operacional e José Lucas Antunes, Encarregado Operacional;

Vogais suplentes: Eng.º Nuno Teixeira Carda, Chefe de Divisão de Obras Municipais e Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ABERTURA DE CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA ADJUNTO EM REGIME DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO

- A Câmara, atenta uma informação do Chefe de Divisão de Inovação e Modernização Administrativa – Emanuel Fernandes, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de concurso externo de ingresso para um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico de informática adjunto em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente que:

A tramitação do concurso para celebração de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na categoria de técnico de informática adjunto (carreira não revista) rege-se-á pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril e Lei n.º 12-A/2008, de 28 de Fevereiro e ainda Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.

Na impossibilidade de ocupação do posto de trabalho nos termos das alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

O júri será constituído:

Presidente: Emanuel Soares Fernandes, Chefe de Divisão;

1.º Vogal Efectivo: Ana Cristina Vicente Feio, Técnica Superior;

2.º Vogal Efectivo: Helder Alexandre Almeida Violante, Técnico de Informática;

1.º Vogal Suplente: José Vitorino Viegas Antunes, Técnico de Informática;

2.º Vogal Suplente: Maria Elizabete Pires Gonçalves Capela Charana, Técnica Superior.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA CONSELHEIRO ALBINO DOS REIS E RUA 1.º DEZEMBRO

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve sobre a colocação de sinalização vertical na Rua Conselheiro Albino dos Reis e Rua 1.º de Dezembro:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.ª, serve a presente informação para propor a colocação de sinalização vertical do tipo H7 sinalização de informação de

passagem de peões, na Rua 1.º de Dezembro e na Rua Conselheiro Albino dos Reis, nos locais assinalados em planta anexa.

Modelo	H7
Quantidade	3 Unidades (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação desta sinalização vertical.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA - TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – ESTRADA MUNICIPAL 1179

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve sobre a colocação de sinalização vertical na Estrada Municipal 1179:

«Serve a presente informação para propor a interdição de circulação a veículos pesados na Estrada Municipal 1179.

Será assim necessário proceder à colocação de sinalização vertical no local assinalado em planta anexa.

Modelo	C3b
Quantidade	2 Unidades (a adquirir)

Esta tarefa poderá ser executada pelos serviços municipais.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação desta sinalização vertical.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PARQUE DO BONITO – PARQUE RADICAL – AUTO DE SUSPENSÃO DA OBRA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Suspensão da Obra, elaborado em 01 de Março de 2010, referente à empreitada do “Parque do Bonito – Parque Radical”, adjudicada à Firma EcoEdifica - Ambiente e Construções, S. A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PARQUE DO BONITO – PARQUE RADICAL – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, N.º 8

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 8 do Contrato Inicial, no valor de 33.788,70€ (Trinta e três mil setecentos e oitenta e oito euros e setenta cêntimos), elaborado em 26 de Fevereiro de 2010, referente à empreitada de “Parque do Bonito – Parque Radical”, adjudicada à Firma EcoEdifica - Ambiente e Construções, S. A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A) – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS, N.º 3

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços, referente a Trabalhos de natureza prevista, resultante da revisão definitiva, no valor de 0,00 €, elaborado em 15 de Dezembro de 2009, referente à empreitada da “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolverte à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)”, adjudicada à Firma Aquino & Rodrigues, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 07/07 – JOAQUIM LUIS MOTA MOREIRA BORGES – AMPLIAÇÃO/ALTERAÇÃO DE MORADIA - APROVAÇÃO DE PROJECTO

- Presente o processo de obras número 07/07, em nome de Joaquim Luis Mota Moreira Borges, referente à ampliação/alteração de moradia unifamiliar, na Rua Elias Garcia, número 29, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente a ampliação/alteração de moradia unifamiliar na localização acima descrita, e que se compreende na área “*non aedificand*” por influencia da circular 2 prevista no Plano Director Municipal, (PDM).

De acordo com a deliberação de 3 de Setembro de 2007 a construção poderá ser autorizada com as condicionantes nela assinaladas.

Entrega o requerente peças desenhadas relativas ao projecto de arquitectura solicitadas pelo nosso ofício n.º 204 de 22 de Janeiro de 2010.

Na análise feita por estes serviços verifica-se que **o projecto de arquitectura está em condições de ser aprovado** podendo ser avaliados os projectos de especialidades presentes no processo.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com este parecer.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 52/09 – VIRGÍLIO NUNES BENTO – CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO - APROVAÇÃO DE PROJECTO

- Presente o processo de obras número 52/09, em nome de Virgílio Nunes Bento, referente à construção de muro de vedação confinante com a via pública, na Rua 31 de Janeiro, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente a construção de vedação confinante com a via pública, no local acima indicado.

A proposta refere-se, mais concretamente, à substituição do muro existente em alvenaria (que se encontra em elevado estado de degradação), por uma vedação de rede plastificada do tipo “DINE”, fixa em prumos metálicos com envasamento em blocos de betão.

Entrega elementos com a correcção do projecto em resposta ao nosso ofício n.º 360 de 29 de Janeiro de 2010.

Na análise à proposta são estes serviços de parecer favorável, pelo que o projecto se encontra em condições de ser deferido, não sendo necessária a apresentação de quaisquer especialidades.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com este parecer.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 53/09 – JOÃO HENRIQUES – CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO - APROVAÇÃO DE PROJECTO

- Presente o processo de obras número 53/09, em nome de João Henriques, referente à construção de muro de vedação confinante com a via pública, na Rua 31 de Janeiro, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Arquitecto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente a construção de vedação confinante com a via pública, no local acima indicado.

A proposta refere-se, mais concretamente, à substituição do muro existente em alvenaria (que se encontra em elevado estado de degradação), por uma vedação de rede plastificada do tipo “DINE”, fixa em prumos metálicos com envasamento em blocos de betão.

Entrega elementos com a correcção do projecto em resposta ao nosso ofício n.º 359 de 29 de Janeiro de 2010.

Na análise à proposta são estes serviços de parecer favorável, pelo que o projecto se encontra em condições de ser deferido, não sendo necessária a apresentação de quaisquer especialidades.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com este parecer.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 32/09 – SUSETE DA CONCEIÇÃO MENDES – AMPLIAÇÃO DE MORADIA - DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 32/09, em nome de Susete da Conceição Mendes, referente à ampliação de moradia, na Rua Artur Proença Duarte, número 20, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 26/02/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Assistente Técnica na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.